



É PRECISO MOBILIZAÇÃO E ARTICULAÇÃO PARA AVANÇAR NAS PAUTAS DE INTERESSE DA NUTRIÇÃO E DA SOCIEDADE BRASILEIRA

O processo legislativo, seja ele em nível municipal, estadual ou federal, segue ritos e procedimentos obrigatórios. Ultimamente, temas ligados à área da Nutrição têm chamado a atenção dos parlamentos e, conseqüentemente, da nossa categoria. E para um projeto de lei federal ser aprovado, até **sete etapas** devem ser cumpridas antes da sanção, ou veto da Presidência da República.

Primeiro, o PL é **publicado** e o presidente da Câmara dos Deputados faz a distribuição para até três comissões de mérito (são 25, no total). Em seguida, o texto passa por uma análise de conteúdo/mérito. Se as comissões que analisarão o mérito forem mais de três, uma **comissão especial** é criada para evitar uma tramitação mais longa do PL. A **terceira etapa** é a análise de admissibilidade, nas Comissões de Finanças e Tributação (CFT) e de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC). Se o texto não for adequado ao orçamento ou for inconstitucional, será arquivado. **É na segunda e terceira etapas do processo legislativo** que precisamos atuar firmemente junto aos parlamentares envolvidos para avançar em nossas pautas.

Cumpridas essas três fases, o projeto de lei pode ir à votação no plenário ou seguir direto para o Senado, para ser analisado/votado mais uma vez, antes de seguir para sanção ou veto da Presidência da República, completando sete etapas de tramitação.

Descrito o trâmite do processo legislativo, precisamos entender, também, que os interesses da categoria e da sociedade se confundem neste momento histórico que passamos, principalmente em relação a Insegurança Alimentar e Nutricional da população. De acordo com o II VIGISAN – Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da Covid-19 no Brasil - o Brasil tem 125,2 milhões de pessoas em Insegurança Alimentar e 33,1 milhões



passando fome, com as populações do Norte e do Nordeste mais impactadas (71,6% e 68% respectivamente). Na zona rural, a Insegurança Alimentar atinge 60% das residências. Nos lares chefiados por mulheres, a fome saltou de 11,2% para 19,3%.

E para enfrentar a fome e outros desafios, precisamos nos debruçar em **ações institucionais conjuntas** que visem promover a Saúde e Segurança Alimentar e Nutricional para a população, trazendo à tona nossas principais bandeiras que estão apensadas **em mais de 20 projetos de lei em tramitação nas casas legislativas federais (Câmaras e Senado)** e mais uma infinidade em trâmite nas assembleias legislativas e câmaras municipais em estados e municípios, respectivamente. Vale destacar que essas incidências nos parlamentos já vêm sendo realizadas há algum tempo, mas agora é hora de unirmos forças para, estrategicamente, fazermos ações articuladas com todas as entidades da Nutrição.

São projetos de lei importantes, como os classistas, de defesa do salário e emprego de Nutricionistas e de regulamentação dos Técnicos em Nutrição; os coletivos, de defesa do PNAE, contra os refrigerantes nas escolas e rotulagem nutricional; os científicos, sobre o ensino a distância e prescrição de exames laboratoriais; e os ambientais, relacionados ao uso de agrotóxicos e bioinsumos. São pautas amplas, relacionadas à nossa profissão e que demandam muito trabalho para barrar os retrocessos nos parlamentos e promover avanços significativos para a sociedade.

Por isso defendemos que o Sistema Conselhos Federal e Regionais de Nutricionistas, a Asbran e suas associações regionais; a FNN e sindicatos filiados; a Abenut e o movimento estudantil da Nutrição, com a ENEN, devem estar juntos não somente para contribuir na formulação de estratégias e ações para a promoção do bom exercício profissional da Nutrição, de melhores salários



e condições de trabalho do profissional e do ensino e da pesquisa. Mas também pela reversão de qualquer ameaça à nossa profissão que, de alguma forma, também atinja a sociedade brasileira.

É necessário que todos estejamos imbuídos num só objetivo: eliminar a Fome e a Insegurança Alimentar, promovendo o desenvolvimento e renda para as comunidades do campo e da cidade, garantido alimento farto e de qualidade na mesa das famílias com o fomento de sistemas alimentares justos, saudáveis e sustentáveis, balizados pelo fortalecimento da agricultura familiar, dos programas sociais e de transferência de renda que, há pouco tempo, foram fundamentais para tirar o Brasil do mapa da Fome. E, também, mais emprego com condições de trabalho e salários dignos para a categoria.

Mas a transformação deste cenário exige esforço coletivo e organizado não apenas dos Nutricionistas, dos Técnicos em Nutrição e Dietética e das entidades que nos representam. Mas de toda a cadeia produtiva da alimentação, dos trabalhadores do campo e das cidades e, também, dos gestores, que precisam entender que um país só se consolida como uma nação quando é garantida a Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional para o seu povo. Para isso, é necessário trabalho, união e mobilização de todas e todos.

Fórum Nacional das Entidades de Nutrição